



MEMORANDO DO ENCONTRO COM OS SINDICATOS

No dia 11 de junho de 2020, pelas 10 horas realizou-se na sala de reunião do Ministério da Educação, sito no Palácio do Governo, um encontro de trabalho entre o Diretor Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, Diretor de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, Presidente da Comissão Gestão do Processo de Recrutamento do Ministério da Educação e os Sindicatos Nacionais dos Professores liderados pelos Senhores: Abrão Borges, Jorge Cardoso e Albertino Delgado, representantes de SIPROFIS, SINDEP e FECAP respetivamente.

O encontro teve como propósito ouvir as organizações Sindicais representativo dos docentes, sobre o processo concursal 2020/2021.

Nessa base o Diretor Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Educação, procedeu com o início do encontro fazendo as cortesias formais de ocasião, realçando as boas relações existente entre as partes, de seguida falou do concurso do docente a ser lançado para o próximo ano letivo 2020/2021 e das vagas a serem posta ao concurso **“121 vagas para o ano letivo 2020/2021”** surgidas no âmbito da previsão das aposentações até 31 de dezembro de 2020; e dos 121 docentes contratados até 31 de julho, que vão permanecer no sistema por serem candidatos que participaram em todas as fases do concurso, aprovados, não selecionados devido ao número reduzido de vagas postas ao concurso e com avaliação de desempenho de bom e, informou das diligências feitas pelo o Ministério da Educação, junta da Direção Nacional da Administração Pública e essa junto do Tribunal de Contas, para que a manutenção no sistema dos 121 docentes contratados até 31 de julho tornasse uma realidade.

A usar de palavra a Presidente da Comissão de Gestão de Processo de Recrutamento Dra. Albertina Duarte, na sua alocução apresentou as novidades da nova lei do concurso - o Decreto-Lei n.º 56/2019, de 31 de dezembro, falou da vigência do concurso que passou de 1 para 2 anos e a introdução de quatro (4) métodos obrigatórios a saber: triagem curricular; prova de conhecimento; prova de avaliação de competência motivacionais ou aptidões e entrevista. A própria Comissão de Gestão do Processo de Recrutamento, é também uma das novidades da presente lei. A Comissão, é um órgão de apoio operacional e administrativo responsável pela prática de todos os atos e operações burocráticas e de apoio relacionados com o procedimento concursal, ela é interlocutora entre o setor e a DNAP. A Presidente, disponibilizou em fazer chegar a Direção Nacional da Administração Pública, as propostas ora apresentadas e a Comissão que tem a honra de preside irá tudo fazer para que a mesma cumpra com empenho, responsabilidade e abnegação a missão que lhe espera.

O Diretor de Serviço de Gestão de Recursos Humanos, aproveitou a ocasião para agradecer a presença dos representantes sindicais, para de seguida e de forma sucinta apresentar os números de vaga por áreas a serem postas ao concurso. Corroborou com o Senhor DGPOG, sobre as démarches feitas para a manutenção no sistema dos 121

docentes contratados até 31 de julho. O mesmo informou que o SGRH, continuará a evidenciar esforços junto da DNAP, para que os restantes docentes aprovados, não selecionados e não contratados possam vir a serem contratados nas vagas ainda existentes, uma vez que o concurso 2019/2020, inspira no próximo mês de outubro 2020, por uma questão de justiça.

As locuções dos representantes Sindicais:

- O representante do SINDEP Dr. Jorge Cardoso, foi o primeiro a usar de palavra começou por agradecer pelo convite, congratulou o Serviço de Gestão de Recursos Humanos, pela manutenção no sistema dos docentes contratados até 31 de julho, e que foi o cavalo de batalha da sua organização Sindical, questionou o Ministério da Educação, sobre os contratos celebrados com os docentes contratados no ano letivo 2017/2018, que ficaram por receber o salário de mês de férias - o contrato digno e salário justo. Durante a sua locução, enfatizou que já é o momento do Ministério da Educação, enquanto pessoa de bem começar a celebrar com os docentes recém-contratados o Contrato Probatório, que afinal é uma das exigências do novo Estatuto da Carreira do Pessoal Docente, uma das formas de estabilização do sistema educativa e sobretudo forma de garantir a estabilidade emocional aos docentes recém-contratados.
- O representante de SIPROFIS Dr. Abrão Borges, agradeceu pelo convite e de seguida pediu mais dialogo e abertura por parte do Ministério da Educação, como forma de evitar ruídos desnecessários como o que se regista no presente momento sobre permanência no sistema dos 121 docentes contratadas até 31 de julho de 2020.
Ao seu entender por ser um ano atípico, propôs como solução a seguinte proposta para o Concurso 2020/2021:
 - ✓ Concurso com um único método - o documental;
 - ✓ Aumento de número de vagas para o concurso;
 - ✓ Admitir candidatos sem defesa da monografia.

O Sindicalista enfatizou a proposta do concurso com um único método, pelo fato dos candidatos já serem professores experimentados, durante o curso realizaram estágios profissionais e muitos desses candidatos já participaram em mais de 04 concursos e foram contratados para prestação de serviço; a proposta de aumento de número de vagas, deve-se ao fato de nas escolas com o distanciamento social, ou seja, redução de número de alunos por sala implicaria mais professores por áreas.

- O representante de FECAP Dr. Albertino Delgado, corroborou com a ideia de aumentar número de vagas para o concurso tendo em conta o distanciamento social, e que foi um ganho para o sistema e para a classe docente e seus legítimos representantes a manutenção no sistema dos 121 docentes contratados até 31 de julho, e que essa medida na verdade permitira estabilidade do sistema e

também dos próprios docentes em termos emocionais. Aproveitou a ocasião para manifestar o interesse da sua organização em continuar a colaborar com o Ministério da Educação, na procura das melhores soluções para o sistema e para classe, afinal somos parceiros e não opositores, mas ficarão atentos e vigilantes na defesa intransigente dos interesses da classe docente.

Em jeito de conclusão o Sr. DGPOG, fez as considerações gerais manifestando a disponibilidade nos termos da lei a possibilidade de as propostas avançadas pelos Sindicatos serem discutidas e negociadas com a DNAP no quadro do curso em preparação.

Para concluir, o sr. DGPOG, informou que ME algumas medidas em curso e que visa apoiar os docentes, tais como:

- A continuidade EaD no ano letivo 2020/2021, através de plataformas próprias do ME (televisão e rádio).
- Disponibilização de cerca de 700 tabletes docentes que não tinham sido beneficiados, incluindo os contratados até 31 de julho e recém-contratados para o ano letivo 2020/2021,
- Arranque de implementação da medida de reforço de comunicação e conectividade aos professores, para os meses de junho, setembro, beneficiando um total de 6584 profissionais da educação, sendo 6009 docentes e 575 coordenadores dos ensinos básicos e secundários com saldo de 5.000MB para internet, chamadas grátis dentro da mesma rede e com 50.000MB para poderem aceder aos sistemas do ME como por exemplo o SIGE, MOODLE, e com *downloads* de documentos/vídeo e áudio aulas de forma gratuita.
- As medidas acima mencionadas visam reforçar as capacidades do sector e permitir aos docentes maior capacidade para o acompanhamento dos seus alunos.

O Encontro encerrou às 11h50 minutos.

Os Presentes:

DGPOG – José Manuel Marques.

DSGRH – Marcelino Correia.

Presidente da Comissão de Gestão do Processo de Recrutamento – Albertina Maria Duarte.

SIPROFIS – Abrão Borges.

SINDEP – Jorge Cardoso.

FECAP – Albertino Delgado.